

O comando do Congresso

Se as eleições para a renovação do comando do Congresso se realizassem hoje, o presidente do Senado seria o pernambucano Nilo Coelho e o da Câmara, mais uma vez, o cearense Flávio Marcílio. Não há indicações de mudanças substanciais de comportamento do corpo eleitoral nem mesmo tempo para que se fixe em outros nomes.

Coelho atropelou Aloísio Chaves, que queria substituir outro paraense, Jarbas Passarinho, e o maranhense José Sarney, que pretendia acumular o posto com a presidência do PDS. A candidatura Nilo foi sopa no mel do Palácio do Planalto, que poderá assim dar-lhe substituto na liderança mais entusiasmado com os ossos do ofício.

Marcílio voltará tranquilamente à presidência da Câmara que presidiu nos governos Médici e Geisel. Ele encarna o espírito da instituição, não tendo assim dificuldades para dissuadir o mineiro Homero Santos de concorrer com ele. Seu alegado malufismo também não foi considerado obstáculo a seu retorno, de vez que o ex-Governador de São Paulo controla cinquenta a sessenta votos preciosos dos quais o Planalto fez uso quando pretendeu bater Djalma Marinho e eleger Nelson Marchezan.

LUSTOSA DA COSTA

Da Editoria Política

Outra pedra no caminho de sua eleição seria a candidatura do cearense Haroldo Sanford, com os votos de todos os partidos de oposição.

Acontece que o MDB amargou a aventura de dois anos atrás quando apoiou Djalma Marinho e não quer risco igual. Além do mais, a formação de chapa exclusivamente oposicionista, proposta pelo presidente Ulysses Guimarães e pelo líder do PT, Airton Soares, contrariando a praxe da participação proporcional de todos os partidos, deu com os burros n'água. Porque o risco que corre o pau, corre o machado: Se tiram a presidência da Câmara dos Deputados, em Brasília, ao PDS, pode-se tirar a presidência da Assembleia Legislativa de Minas ao PMDB de Tancredo Neves ou ao PDT de Leonel Brizola, no Rio. Sem falar em que o PDS poderia formar sozinho a Mesa do Senado, como represália, tal qual ameaçou Sarney, o que não interessa a ninguém, a esta altura do campeonato.

Como já não detém maioria absoluta na Câmara, o Palácio do Planalto não embarcou na canoa furada dos que o instigavam a bloquear o favoritismo de

Marcílio, sob a alegação de que ele apóia a candidatura de Paulo Maluf à sucessão do Presidente Figueiredo, de que se insurgiu contra o Governo na defesa das prerrogativas do Poder Legislativo e de que atacou violentamente o Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, quando do acordo entre os três coronéis cearenses, Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals, o qual viabilizou a vitória do PDS nas eleições de 15 de novembro.

Verificou-se que o veto formal do Governo não teria razão de ser porque o parlamentar cearense cuidara de manter excelente relacionamento com o Presidente Figueiredo e com os outros ministros da Casa, à exceção de Leitão de Abreu, e que seria um risco desnecessário. Marcílio poderia ficar ainda mais forte, agregando a seus eleitores fiéis do PDS, todos os deputados oposicionistas em reação maciça à interferência do Poder Executivo em assuntos da economia interna do Legislativo.

O Planalto presentiu que, deixando à Câmara e ao Senado a liberdade da escolha, optava pela solução menos onerosa, sem se expor, novamente, a um confronto de magnitude do que travou contra a candidatura Djalma Marinho, dois anos atrás.

Senão permitiu ao Congresso votar a restauração de suas prerrogativas em plena primavera da abertura política, deu-lhe agora condições de escolher livremente os regentes de seus trabalhos, nos próximos dois anos.

Assim, caso não haja surpresa, Nilo Coelho presidirá o colégio eleitoral que escolherá o sucessor do Presidente Figueiredo e Flávio Marcílio tornará a ser a terceira pessoa, na hierarquia da República, depois de Figueiredo e Aureliano Chaves.

